

AO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

E-mail: emaillicitacao@mj.gov.br

Ref.:

Pregão Eletrônico nº 22/2020

Processo nº 08084.001522/2020-18

MICROSENS S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 78.126.950/0011-26, com filial em Cariacica – Espírito Santo, na Rodovia Governador Mário Covas, nº 882, armazém 01, mezanino 01, Box 6- Bairro Padre Mathias - CEP: 29.157-100, por seu representante legal, comparece respeitosamente perante Vossa Senhoria para apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** com fulcro no art. 41 §§ 1º e 2º, e seguintes, da Lei 8.666/93 e Item 24 do Edital, bem como demais legislações pertinentes à matéria.

I – DOS FATOS

Inicialmente, pertinente ressaltar que esta Signatária possui mais de 30 (trinta) anos de história, intensificando a produção industrial de microcomputadores e equipamentos de informática, fortalecendo as atividades no varejo eletrônico, sem deixar de contemplar o fortalecimento das relações com o mercado governamental e corporativo, primando pela excelência dos trabalhos prestados¹.

Portanto, desde 1994 esta Signatária atua junto ao mercado governamental e, em razão de sua *expertise* no atendimento aos Órgãos Públicos, tem interesse em participar do Pregão Eletrônico nº 22/2020, cujo objeto é *“a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação de solução de modernização de ambientes, incluindo confecção de projeto*

¹ <http://www.microsens.com.br/mercado-governamental>

executivo, montagem de sistemas de áudio com processamento digital, de videoconferência e multi-conferência, de visualização e interatividade de imagens, de automação dos equipamentos e cenários, com a prestação de serviços de instalação, treinamento e operação assistida, e fornecimento de equipamentos e materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos."

Todavia, observou-se que o presente Edital possui algumas irregularidades, razão pela qual impugna-se o presente Edital, conforme passa a expor.

A) DA AUSÊNCIA DE PARCELAMENTO DO OBJETO EM ITENS – VIOLAÇÃO À SÚMULA 247 DO TCU E JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

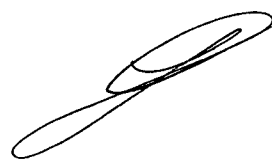
Inicialmente, cumpre destacar que o presente Edital tem por objeto a aquisição de 45 itens e, conforme estudo técnico preliminar, sendo estes divididos em: sistema de áudio, sistema de vídeo para ambiente com vídeo wall, sistema de vídeo para ambiente com projetor de vídeo, sistema de captura de vídeo e sistema de automação e controle.

Contudo, em que pese à diversificação dos itens objeto do certame, verifica que a r. Administração optou por licitar os itens em lote único. Veja-se:

1.5. A presente contratação dar-se-á por intermédio de Sistema de Registro de Preços, fundamentado no art. 3º, III, do Decreto nº 7.892/2013, na modalidade Pregão Eletrônico, consoante Decreto nº 10.024/2019 e adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5.1. Em que pese o parcelamento ser regra, de forma que a licitação seja realizada por item, insta destacar que o objeto em questão não é considerado como divisível, pois eventual divisão por itens pode acarretar prejuízo no desempenho do conjunto da solução (funcionalidades, compatibilidades, etc). Entende-se, pois, que a aquisição separada dos bens não é vantajosa simplesmente por não se apresentar tecnicamente viável.

1.5.2. Nessa toada, eventual fragmentação do objeto, possibilitando o ocasionamento de diversas contratações, poderá comprometer a execução dos serviços de forma que não se produza os resultados pretendidos.



GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário de Referência	Valor Total
	1	Processador de áudio digital	un	20	R\$ 20.643,77	R\$ 412.875,40
	2	Expansor de I/O	un	8	R\$ 17.900,06	R\$ 143.200,48
	3	Módulo de pedido de palavra	un	51	R\$ 893,84	R\$ 45.585,84
	4	Amplificador de áudio - Tipo 1	un	9	R\$ 20.270,84	R\$ 182.437,56
	5	Amplificador de áudio - Tipo 2	un	5	R\$ 21.448,79	R\$ 107.243,95
	6	Amplificador de áudio - Tipo 3	un	3	R\$ 17.640,60	R\$ 52.921,80
	7	Caixa acústica embutir	un	78	R\$ 1.604,30	R\$ 125.135,40
	8	Caixa acústica tipo array com suporte	un	22	R\$ 5.966,09	R\$ 131.253,98
	9	Caixa acústica para frequências graves	un	8	R\$ 7.960,76	R\$ 63.686,08
	10	Caixa acústica ativa para retorno na	un	11	R\$ 3.041,75	R\$ 33.459,25
1		cabine técnica				
	11	Kit microfone sem fio	un	17	R\$ 23.531,71	R\$ 400.039,07
	12	Microfone Gooseneck com fio	un	51	R\$ 1.895,96	R\$ 96.693,96
	13	Microfone Gooseneck sem fio	un	46	R\$ 9.445,77	R\$ 434.505,42
	14	Estação de controle e recepção de microfones sem fio	un	9	R\$ 122.161,48	R\$ 1.099.453,32
	15	Estação de carregamento para microfones sem fio	un	9	R\$ 52.833,00	R\$ 475.497,00
	16	Interface de áudio	un	3	R\$ 18.993,78	R\$ 56.981,34
	17	Interface de controle touchscreen 19"	un	10	R\$ 13.395,99	R\$ 133.959,90
	18	Interface de áudio para imprensa	un	6	R\$ 8.172,03	R\$ 49.032,18
	19	Monitor de LED para videowall de 55"	un	102	R\$ 16.281,35	R\$ 1.660.697,70
	20	Suporte para videowall com moldura para acabamento	un	85	R\$ 30.784,51	R\$ 2.616.683,35
	21	Projeto Multimídia 5000 lumens full HD	un	8	R\$ 36.342,34	R\$ 290.738,72
	22	Tela de projeção elétrica 119" tensionada com moldura de acabamento para gesso	un	8	R\$ 5.799,15	R\$ 46.393,20
	23	Monitor profissional de LED com suporte de parede	un	6	R\$ 13.603,07	R\$ 81.618,42
	24	Unidade de gerenciamento de colaboração de imagens	un	25	R\$ 8.716,78	R\$ 217.919,50
	25	Matriz de vídeo digital HDMI 8x8	un	19	R\$ 44.202,22	R\$ 839.842,18
	26	Tela interativa LCD 60"	un	8	R\$ 111.493,83	R\$ 891.950,64
	27	Extensor UTP HDMI - transmissor e receptor	un	113	R\$ 10.629,19	R\$ 1.201.098,47
	28	Câmera PTZ de vídeo digital HD	un	24	R\$ 21.178,56	R\$ 508.285,44
	29	Controlador para câmera PTZ	un	11	R\$ 17.596,87	R\$ 193.565,57
	30	Switcher de vídeo digital HD	un	10	R\$ 15.513,20	R\$ 155.132,00
	31	Monitor Multiview HD/SDI	un	8	R\$ 16.618,84	R\$ 132.950,72
	32	Encoder de áudio e vídeo digital HD	un	12	R\$ 29.316,81	R\$ 351.801,72
	33	Plataforma de streaming para usuários simultâneos	un	2	R\$ 101.617,42	R\$ 203.234,84
	34	Interface de operação sem fio com dock de parede	un	14	R\$ 11.512,00	R\$ 161.168,00
	35	Caixa de som com bluetooth	un	14	R\$ 5.330,37	R\$ 74.625,18
	36	Microfone headset sem fio	un	17	R\$ 5.023,66	R\$ 85.402,22
	37	Switch ethernet 24 portas gerenciável	un	12	R\$ 9.749,57	R\$ 116.994,84
	38	Roteador sem fio	un	8	R\$ 683,34	R\$ 5.466,72
	39	Rack metálico padrão 19" 40UR	un	5	R\$ 12.038,85	R\$ 60.194,25

40	Rack metálico padrão 19" 16UR	un	8	R\$ 10.099,33	R\$ 80.794,64
41	Serviço de instalação Tipo 1	un	7	R\$ 73.750,00	R\$ 516.250,00
42	Serviço de instalação Tipo 2	un	6	R\$ 33.800,00	R\$ 202.800,00
43	Serviço de instalação Tipo 3	un	5	R\$ 11.966,67	R\$ 59.833,35
44	Treinamento técnico operacional	un	12	R\$ 15.133,34	R\$ 181.600,08
45	Operação assistida 30 dd	un	5	R\$ 13.347,78	R\$ 66.738,90
TOTAL					R\$ 15.047.737,08

Ocorre que o TCU, por meio da Súmula 247, firmou entendimento de que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, cujo o objeto seja divisível, sendo em vista propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. Veja-se:

SÚMULA Nº 247 É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Portanto, evidente que o não parcelamento do objeto é indevido, estando em contrariedade as disposições dos artigos 15, inciso IV, e 23 da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

IV – ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando a economicidade;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incs. I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação;

(...)

§1º - As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala."

Neste sentido, é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

REPRESENTAÇÃO. CBTU. PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. OITIVA DO RESPONSÁVEL. SUSPENSÃO DO PREGÃO PELA CBTU. CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA RESTRITIVOS À COMPETIÇÃO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVAS PARA A LICITAÇÃO DE SERVIÇOS INDEPENDENTES EM LOTE ÚNICO. CONHECIMENTO.

PROCEDÊNCIA. ANULAÇÃO DO EDITAL. DETERMINAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E COMUNICAÇÃO. ARQUIVAMENTO. (TCU, TC 012.741/2013-2 – Plenário, Rel. Wender de Oliveira, julgado em 09/10/2013.)

Ademais, esse também é o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Veja-se:

Representação da Lei nº 8.666/93. Licitação para aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para frota municipal. Reunião em lote único. Racionalidade das aquisições e do gerenciamento do recebimento dos bens não adequadamente justificada. Procedência parcial da representação com emissão de determinação. (...) 3.1. julgar parcialmente procedente a representação proposta por Vanderleia Silva Melo face ao Pregão Presencial nº 24/2017 do Município de Cruzeiro do Oeste, destinado a contratação de empresa para fornecimento de pneus, câmaras de ar e protetores de 1ª linha para os veículos da frota municipal, em razão da formação de lote único sem a justificativa e fundamentação técnica devida para tal agrupamento, em violação ao art. 15, inciso IV, da Lei 8.666/93; **3.2. determinar ao Município de Cruzeiro do Oeste que adote providências para atender adequadamente aos ditames legais, notadamente aqueles que preveem a subdivisão dos objetos a serem licitados em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando a economicidade, com o devido registro das razões técnicas que fundamentam cada opção nos autos dos processos administrativos de licitação.** (TCE/PR – PROCESSO 335612/17 – ACÓRDÃO 1937/19 – Tribunal Pleno – Rel. Fernando Augusto Mello Guimarães).

Ainda, analisando o estudo técnico preliminar, verifica-se que no próprio item 6 do referido estudo, a i. Administração subdivide o objeto da licitação, separando os mesmo em **a) sistema de áudio; b) sistema de vídeo para ambiente com vídeo wall; c) sistema de vídeo para ambiente com projetor de vídeo; d) sistema de captura de vídeo; e e) sistema de automação e controle.**

Portanto, diante da divisão feita pela própria Administração, verifica-se que não há justificativa para o não parcelamento do objeto do certame, posto que se tratam de itens não semelhantes.

Ainda, verifica-se que a quantidade licitada serão entregues em vários locais, conforme item 7 do Estudo Técnico Preliminar.

Desta forma, com todo respeito, não é permitido restringir à competitividade mediante a descrição de especificações técnicas irrelevantes para o atendimento das necessidades a que se destina o objeto da licitação, tendo como única consequência o afastamento da maioria dos licitantes do certame, o que somente trará prejuízos a Administração.

Este fato limita a participação de outros fornecedores, pois acaba tornando impossível que seja respeitado o princípio constitucional da ampla concorrência e competitividade. Assim, perde-se a finalidade da licitação, qual seja, a aquisição de produtos de qualidade com menores preços, além do fomento ao mercado nacional com a negociação realizada.

Por sua vez, a Lei de Licitações traz em seu artigo 3º, §1º, inciso I, a proibição da Administração Pública agir de forma discricionária em relação ao caráter competitivo, como segue:

"Art. 3º (...)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

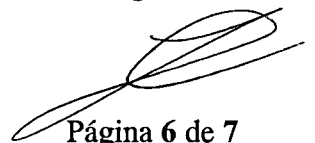
***admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato" (grifos nossos)*

Fica, portanto, evidente que as exigências contidas no edital representam óbice à participação de muitos concorrentes com proposta mais vantajosa à Administração, o que atenta contra a exigência legal.

Nesse sentido, diante das considerações feitas, há que se eliminarem todas as limitações à competição de empresas licitantes, em conformidade com a legislação aplicável e entendimento do TCU e TCE/PR, já demonstrados anteriormente.

Sendo assim, postula-se pela **REGULARIZAÇÃO DO EDITAL**, sendo retificadas as especificações restritivas da competição, razão pela qual pugna-se para que os itens 19, 20, 23 e 26 sejam licitados separadamente dos demais itens, a fim de viabilizar a participação de mais empresas no certame, sob pena de violação à Súmula 247 do TCU, jurisprudência dominante do TCU, princípios da legalidade, da ampla concorrência e da competitividade, bem como aos artigos 15, inciso IV, e 23, § 1º, da Lei 8.666/93.

Por fim, por consequência lógica, deverão ser alterados todas as exigências correspondentes ao julgamento por lote único.



Página 6 de 7

III – DOS PEDIDOS

Ante o acima exposto, vem à presença de Vossa Senhoria, com o devido respeito e acatamento, a fim de conhecer a Impugnação e julgá-la PROCEDENTE, a fim de que:

a) Seja **REGULARIZADO O EDITAL**, sendo retificadas as especificações restritivas da competição, razão pela qual pugna-se para que os itens 19, 20, 23 e 26 sejam licitados separadamente dos demais itens, a fim de viabilizar a participação de mais empresas no certame, sob pena de violação à Súmula 247 do TCU, jurisprudência dominante do TCU, princípios da legalidade, da ampla concorrência e da competitividade, bem como aos artigos 15, inciso IV, e 23, § 1º, da Lei 8.666/93;

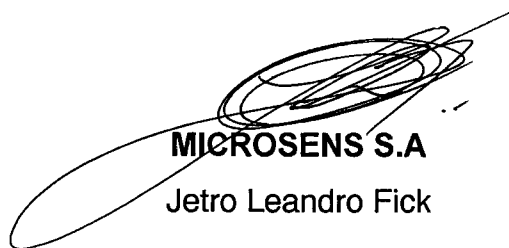
a.1) Por consequência lógica, deverão ser alterados todas as exigências correspondentes ao julgamento por lote único.

b) Seja respeitado o prazo legal para resposta desta impugnação;

c) De qualquer decisão proferida sejam fornecidas as fundamentações jurídicas da resposta e todos os pareceres jurídicos a este respeito.

Nestes termos, requer deferimento.

Curitiba, 07 de outubro de 2020.



MICROSENS S.A
Jetro Leandro Fick

